

Nietzsche e a instituição. O impedimento da descarga da força em forma de degenerescência vital

Nietzsche and the institution. The impediment of force's discharge in shape of vital degeneracy

Adilson Feiler¹

Resumo

Uma instituição quando modelada para não mudar, já foi concebida para o seu fracasso, pois não permite com que sua força interna se descarregue. Com isso, aquela força ao invés de ser criativa acaba se traduzindo em letargia e degenerescência, um veneno para a vida. A instituição que já foi criada, desde a sua base, para resultar em fracasso não se permite oxigenar a fim de que novas auroras brilhem sobre ela. Já no Prólogo de *Aurora*, Nietzsche evoca, a partir da metáfora do escavador, a necessidade de se submeter à crítica tudo aquilo que foi estabelecido desde os seus fundamentos, a ser perpétuo, como é o caso da moral. É este o trabalho de profundidade que Nietzsche investiga até atingir a base sob a qual uma instituição foi concebida. Com este artigo pretendemos escavar as profundezas dos alicerces sob os quais a instituição se formou na cultura de modo a avaliar as consequências da mesma sobre descarga da força vital.

Palavras-chave: Nietzsche. Instituição. Degenerescência. Consciência. Descarga.

Abstract

An institution when made for does not change, already was conceived for its failure, because not allow that its internal force discharge. Thereby, that force rather than to be creative ends up translating in lethargy and degeneracy, a poison for the life. The institution that was made, since the beginning, for result in failure does not allow oxygenate in order that new dawning shine over it. In the *Daybreak's* prologue, Nietzsche evokes, by the digger's metaphor, the necessity of the submit to critic all that were stablished from its fundamental, to be perpetual, as the moral. This is the depths work that Nietzsche researches until the base under which an institution was conceived. By this article we intend dig the depths of foundation under which the institution was made by itself in the culture so as to evaluate the consequences of it about discharge vital force.

Keywords: Nietzsche. Institution. Degeneracy. Conscience. Discharge.

¹ Professor de Filosofia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). São Leopoldo, RS, Brasil. E-mail: afeiler@unisinos.br

Considerações iniciais

Diante da confiança que se estabelece na moral, o fundamento das instituições, cabe o exercício do silenciar. Na medida em que se silencia, frente aos estabelecimentos estatutários, se põe sob suspeita a instituição como um todo. Nietzsche, neste primeiro aforismo do Prólogo de *Aurora* faz menção a Trifônio, aquela personagem da mitologia grega, arquiteto de diversas construções gregas, que por ter roubado o tesouro do rei, foi engolido pela terra, habitando, desse modo, as câmaras subterrâneas. A relação que se estabelece com Trifônio e a moral institucional e o fato de que aqueles que descumprem os mandatos da lei moral são condenados. Portanto, o Filósofo alemão convida à vigília da redenção daqueles que, como Trifônio, foram tragados pelo edifício institucional da moral. É preciso ater-se a novas auroras, de modo a elevar-se do subterrâneo que oprime. O peso institucional de nossas edificações humanas não nos pode engolir, tornando-nos seres subterrâneos, taciturnos, incapazes de silenciar.

O edifício institucional da moral persuade e seduz a se depositar toda a confiança inabalável nele. Neste edifício a força não sofre descarga, está aprisionada, o que não permite renovação, condição *sine qua non* para a sua existência. Neste sentido, toda a instituição estabelecida sobre este molde moral está sujeita, desde a sua gênese, a degenerescência, ao fracasso. O seu excesso de autoconfiança conduziu a um grau de autossuficiência tal que não lhe permitiu nenhum tipo de distanciamento. Ou seja, a arrogância hipócrita e unilateral impossibilitou a oxigenação necessária para a renovação do ar, fundamental para a promoção da vida. Por essa razão, tudo aquilo que atua no sentido de ofender, violentar, explorar, destruir não pode contribuir para a promoção de mais forças, logo, de mais vida. O que, para ao âmbito da instituição da lei aquela mesma situação é lida sob a forma de justiça ou injustiça. Ora, considerar injusta a força demandada para promover a vida só se operando no âmbito da petrificação institucional, tal como o próprio Nietzsche afirma: “– Segue-se que ‘justo’ e ‘injusto’ existem apenas a partir da instituição da lei” (GM II 11).

A pergunta que se coloca é o que leva a se constituir algo, ou seja, quais as motivações que inoculam a necessidade de se estabelecer algo que tenha durabilidade, petricidade. Ora, quando se fala em motivação, se aciona a fonte de realização dos grandes projetos humanos: a vontade. Portanto, é uma vontade de eternizar, de fazer com que as marcas do tempo não apagam da memória as imagens tornadas normas pela moral.

Refletimos ao início do artigo sobre a influência da vontade ao empreendimento institucional, perguntando pelo fator responsável por manter a vontade focada neste projeto. Ora, isso só se faz possível na medida em que se pense uma força que atue dentro da vontade,

fazendo internalizar o seu movimento e impedindo a sua descarga para fora, o que faz com que o resultado disso, ao invés de criação, se reverta em reprodução mimética dos estatutos institucionais; a ausência de descarga da força como fator de garantia da instituição, como refletimos na sequência. Por fim, verificaremos a direção interna da força, o que representa em termos de vitalidade, uma ausência de descarga, em nome da manutenção institucional. Contra ao que se imaginava, buscar aumento de força e afirmação faz com que se assista ao contrário: a diminuição da força e a negação, resultando em degenerescência; o que nada mais é senão uma vontade livre de toda a tradição, portanto dependente única e exclusivamente de si mesma. Pois a tradição, como Nietzsche sublinha, desde os primórdios da humanidade busca se estabelecer “(...) conforme o padrão desses estados originais: se uma ação é realizada não por que a tradição ordena, mas por outros motivos (a utilidade individual, por exemplo), mesmo por aqueles que então fundaram a tradição, ela é considerada imoral” (A 9). A tradição quer ter o prazer de tornar submisso, de ordenar, de ter a última palavra em tudo e, com isso, sufoca toda a iniciativa, criatividade e inventividade. A tradição pensa apenas no domínio do cuidado de tudo o que evoca rebanho, como o casamento, a cultura, o relacionamento, a fala, o culto, o que conta é o preceito e não o indivíduo. Portanto, a tradição declara guerra contra o indivíduo, para salvar a instituição “(...) ela exigia que alguém observasse os preceitos sem pensar em si como indivíduo” (A 9). Cabe ao indivíduo apenas sacrificar-se tal como a moral do costume prescreve. E é justamente a comunidade, ou seja, a instituição, a fiel guardadora do cumprimento da moral do costume. Inclusive a esta comunidade cabe a aplicação de castigos pelo não cumprimento dos preceitos da moral. O indivíduo é esmagado pela instituição a ponto de que o que ele faz acarreta uma consequência comunitária. Portanto, neste domínio toda ação institucional original que parta do indivíduo vem com a marca da má consciência.

1. A instituição como a vontade de querer eternizar

Ao longo da trajetória do exercício da vontade, somos levados a constatar que o querer se impõe, em sua reincidência, como desejo de eternizar, de que aquilo que ora se vive permaneça. Ou seja, que não se apague da memória aquela motivação que nos impulsiona a realização dos diferentes projetos. Este desejo de permanência, de desejar o fixo, pétreo, faz com que grandes motivações vão aos poucos ganhando a forma estável, com traços e limites mais acabados: eis o nascimento da instituição que tem na moral o seu alicerce basilar. Como recorda Brian Leiter, com o estabelecimento de uma cultura moral “A distintiva preocupação de Nietzsche então é que a *cultura* moral – não nossa melhor *teoria* moral – está inaugurando

no reino do último homem, da completa mediocridade e banalidade” (LEITER, 1997, p. 276). O banal e o medíocre estão representados a partir de costumes que se repetem de maneira indiscriminada e não discernida, o que faz com que tais costumes vão se constituindo em uma instituição.

Diante de todos os costumes institucionalizados das normas tornadas leis pétreas, dos limites de tudo o que pode e não pode fazer, toda a tentativa de se reinventar algo novo e original é relegado ao plano do mau e permissivo. Há um mecanismo que se impõe sobre o que se lança a criar de incutir toda a sorte de imagens e sentimentos ruins. Ora, tais mecanismos não corroboram a desencadear potência e sim, vontade de nada, desânimo e má consciência. “Sob o domínio da moralidade do costume, toda a espécie de originalidade adquiriu má consciência” (A 9). O original rompe os delineamentos morais para apontar ao não controle, ao não permissível, ao não causal. Pois, o que se controla se arroga ao direito de perpetuar-se, de dizer sim: assim foi, assim será para todo o sempre. Ora, isso, porque a base sob a qual se constitui o nexo de previsibilidade causal já está determinado. Neste sentido, a aposta no novo e original se estriba na capacidade de se por em questão o fundamento, já que enquanto este persistir se seguirá aquele mesmo itinerário, marcado pela vontade pré-determinada pela instituição que quer eternizar. Ashley Woodward, neste domínio institucional, argumenta que “Nietzsche acreditava que a maioria das pessoas ainda não havia percebido as implicações radicais dos desenvolvimentos contemporâneos no pensamento, aferrando-se a valores que não mais encontravam apoio em estruturas de crença” (WOODWARD, 2016, p. 14).

É preciso romper com aquelas antigas estruturas institucionais, para tanto, há a necessidade de se romper com um misto de nostalgia e dívida pelo qual se vive com relação aos antepassados, que é uma das marcas características da eternização da instituição. A este respeito, Nietzsche traz na II Dissertação de *Para a genealogia da moral* a seguinte referência sobre a “(...) relação ente os vivos e seus antepassados. Na originária comunidade tribal – falo dos primórdios – a geração que vive sempre reconhece para com a anterior, e em especial para com a primeira, fundadora da estirpe, uma obrigação jurídica” (GM II 19). Este dever que uma determinada população contrai de seus antepassados é o de perpetuá-los, mediante os diferentes hábitos que foram adquiridos. E isto com a motivação de que se deve a estes antepassados a sua existência, neste sentido, não conseguem se desatrelar deles. Em tudo o que venham a realizar, o fazem evocando a memória destes antepassados que agem como heróis do passado, a apontar caminhos para o porvir.

A eternização de tal referencial histórico provindo dos antepassados impõe o peso de que a sua subsistência só é possível graças àquela razão, resta o sentimento de que sempre se está em dívida para com os que antecederam. E o pior, uma dívida que não pode ser paga; com isso o mecanismo da culpa é mantido, o que alavanca os dispositivos fundacionais da instituição, fundada a partir da moral. Woodward, sobre isto, recorda que “(...) o valor de Nietzsche reside em ele ser um implacável crítico da moral burguesa e de teses filosóficas convencionais” (WOODWARD, 2017, p. 201). O convencional diz respeito a tudo aquilo que se institucionaliza, e o pior é quando se o faz pelo medo, de onde se gera a culpa.

O sentimento de culpa é o sangue do qual a instituição se alimenta, portanto, impede a fonte da vitalidade. A instituição vive às expensas da hipoemofilia de todos aqueles que se sentem acusados, acuados por ela, dada a dívida a que contraíram para com esse credor insaciável. Tal como um banco, ou agiota, a instituição vive da dívida contraída por todos os devotos dos antepassados. A situação mediante a qual estes credores mantêm seus devedores é a de um verdadeiro “beco sem saída”. O grande mecanismo que a instituição utiliza para manter os seus devotos reféns dela é o medo: “(...) medo de ter dívidas para com ele” (GM II 19).

É do medo que depende o surgimento, manutenção e perpetuação dos mecanismos institucionais que perpassam gerações, desde seus mais remotos ancestrais. E, com o medo, progressivamente se assiste à “(...) evolução da consciência de culpa” (GM II 19). A memória introjetada de que se é culpado tem sua sede nos mecanismos institucionais. Desse modo, a instituição constitui a fiel depositária da dívida que se tornou impagável. Mesmo que esta instituição venha a falir, a dívida permanece, porque esta já foi introjetada na consciência. Assim, a instituição possui em sua existência apenas a incumbência de introjetar a dívida na consciência; feito isto esta já pode se dar por satisfeita em ter a sua missão cumprida: em servir da mnemotécnica da consciência; todo mais é encarregado pela própria consciência.

O exercício do poder psicológico da instituição se exerce sobre a consciência, tornando-a má. Portanto, esta má consciência consiste em uma herança que não se extingue, mesmo que a instituição propugnadora já se tenha dissolvido, “(...) a consciência de ter dívidas para com a divindade não se extingue após o declínio da forma de organização da comunidade” (GM II 20). Ora, toda a forma de organização que uma comunidade assume consiste em uma instituição, e mesmo que esta forma de organização venha a se dissolver para dar lugar a outras. O que nunca para de crescer é o sentimento de culpa pela semente da má consciência depositada pela instituição. Bernd Magnus assertivamente relaciona o tema da divindade com o sentimento de culpa nesta frase lapidar “A noção de divindade onipotente

eleva os sentimentos de culpa a alturas extremas” (MAGNUS, 2017, p. 77). A herança má, uma vez deixada não para mais de crescer, vindo a atingir proporções tais que leva a gerar diversos infortúnios, como é o caso da degeneração dos instintos fundamentais para a promoção e afirmação da vida. A carga interposta pela instituição consiste de interditos a toda a expressão instintual, vista como má, por esta razão, ao invés destes se exteriorizarem em força criativa se internalizam em forma de carga, peso, veneno, letais para a sadia afirmação da vida, conduzindo a situação de último homem, mergulhado no pessimismo,

(...) Nietzsche, pelo contrário, quer insistir para os otimistas morais – que, de uma maneira amplamente não apreciada e (talvez) não intencional, uma cultura moral completamente mina as condições sob as quais a mais esplêndida criatividade humana é possível e gera, em vez disso, uma sociedade dos últimos homens (LEITER, 1997, p. 283).

O otimismo é capaz de fazer com que a força aprisionada se exterioriza criativamente, para além de um sistema institucional totalizante, incidindo em uma dimensão centrada no indivíduo singular, portador de forças como recorda Woodward ao referir-se a Kierkegaard. “Kierkegaard reagiu criticamente ao idealismo absoluto de Hegel, defendendo o indivíduo em um sistema totalizante, e defendendo, ainda o valor da fé subjetiva pessoal contra a hegemonia da razão.” (WOODWARD, 2016, p. 60). Neste aspecto, se considera Nietzsche um predecessor do existencialismo, ao defender o indivíduo como pluralidade de forças contra a ideia de um sistema totalizante.

Ora, uma força aprisionada não tem como fazer com que a vida se afirme, mas pelo contrário, se degenera. O ensimesmar-se da instituição, sua autorreferencialidade, com o seu conjunto de regulamentos e interditos não permite a exteriorização da força. Em que medida e sob quais expedientes é possível fazer com que a força armazenada em forma de má consciência se dilua e se descarregue sem que sua expressão se dê na forma de ressentimento?

2. A ausência de descarga da força como fator de garantia da instituição

Se o esquecimento é uma força que se expressa como saúde forte, então o não esquecimento se caracteriza como faculdade oposta, como doença (GM II 1). A memória quer preservar, não admite mudanças, quer que tudo se mantenha exatamente do jeito como foi pensado inicialmente. O atuar da força consiste em conservar, guardar manter aprisionada a carga instintual. Desse modo, nada pode se descarregar, ou seja, se exteriorizar, mas unicamente conter-se incólume nas entranhas do depósito fiel dos instintos. Ora, trata-se de respaldar o interno de um corpo, pois o mesmo abriga todo o conteúdo da força. O corpo é o

recipiente que mantém lacrado o seu conteúdo, de modo a nada escapar. Por isso, o resultado não é outro senão o de uma pressão interna que inibe a descarga. Logo, a expressão deste conteúdo é o de uma grande doença, debilitação; pelo apodrecimento, degeneração de tudo aquilo que poderia resultar em nascimento, crescimento e florescimento do novo. O movimento de internação das forças não permite com que elas se descarreguem e percam seu germen criativo, mas, pelo contrário, fizeram dela vermes que degeneram, não se permitiu o movimento salutar do sentir que renova, mas do ressentir que corrói. Todo esse movimento e atuar da força aprisionada teve seu renome e prestígio mediante a designação de instituição, composta por valores que encarnam a incapacidade e a resignação. Sobre este ponto Thomas Cascales reflete:

Para Nietzsche, os valores morais só fazem sentido em sua derrubada. Ou seja, como moral do bem (Nietzsche, 1886), valores como tolerância, modéstia e paciência seriam apenas subterfúgios dos poderosos para convencer a massa de sua incapacidade de derrubar a ordem, privilégios de classe e determinismo latente. O que ele chama de moral do ressentimento (Nietzsche, 1887) é apenas a expressão internalizada da moral construída pelos poderosos para os fracos (CASCALES, 2013, p. 109).

O ressentimento é a grande expressão de todo aquele sentimento de incapacidade para enfrentar oposições e desafios. Consiste num sentimento de fraqueza e rebaixamento que conduz a letargia das forças e ao niilismo. Como ainda Robert Solomon se refere a respeito: “Nietzsche é contra o ressentimento porque ele é uma emoção feia e amarga (...) O ressentimento é uma emoção que não promove a excelência pessoal” (SOLOMON, 2017, p. 257).

Tal como Nietzsche, ao considerar as implicações do niilismo, vê no Cristianismo com suas derivações de vida eterna, compaixão e luta contra os instintos, uma conjectura, também o mesmo se pode aplicar à instituição como um todo, não passa de conjectura. Ambos, o Cristianismo como toda a instituição, promovem o sacrifício da força ao seu aprisionamento e contração, constrói a promessa de um futuro sobre o nada. A perversidade de uma instituição é tão grande que é capaz de sacrificar o humano, como tudo o que a ele demanda, como é o prazer, a satisfação e o instinto em nome de normas e regramentos que compõem o arcabouço institucional.

É curioso que, em nome da instituição se sacrifica o que realmente tem sentido, à saber, a vida com aquilo que a promove, em favor daquilo que não tem sentido e ainda atua como um tormento para a vida como “(...) um instrumento de sacrifício” (GM II 22). O comportamento vampiresco da instituição bloqueia tudo aquilo que conduz ao movimento e

este à transformação, para se comprazer em tudo o que é inativo, desesperado, decadente, enfermo. O único sentimento de que uma instituição se alimenta é o de sentir-se culpado, de sentir-se em dívida. Ora, tal sentimento não faz avançar, não promove a vida, mas pelo contrário, retrai as forças, se volta para dentro, impede a descarga. A força recolhida para dentro, inibida, ao invés de promover a vida a constrange, a elimina, ao invés de criar, destrói, ao invés de atuar como grande saúde, atua como enfermidade. Pois a força aprisionada se torna letal, veneno para a vida, ela necessita descarregar, pois tal como nas funções fisiológicas, o excremento deve ser expelido, caso contrário, aprisionado, provoca infecção e conduz ao apodrecimento dos órgãos. É a esse nível que chega a instituição, por impedir a descarga das forças: doença, letargia, por falta de estímulos promotores da vida.

A instituição promove a mudança da direção da força; ao invés de que estas se exteriorizem em forma de ação criativa, faz com que elas se retraiam para dentro em forma de reação degenerativa. Portanto, a instituição promove um estado de letargia coletiva, atingindo a todos os que direta ou indiretamente estão ligados a mesma. O gestor, responsável pelo comando da instituição, compreende como seu desenvolvimento o máximo de manutenção dos mecanismos que asseguram a sua inalterabilidade e integridade, ou seja, resistência à mudança. A sua palavra de ordem é a manutenção; para tanto, todo e qualquer movimento de descarga de força é fortemente inibido pelo constrangimento de imputação moral. Neste sentido, o intento de tais gestores é o de provocar sociopatia, ou seja, espalhar degenerescência das forças promotoras da vida. Como sociopatas, estes gestores administram a decadência, o fracasso e o esgotamento da vida às custas do impedimento da descarga da força sob a justificativa de que se está à serviço do nome da instituição. Da instituição se espera sim a manutenção e a perpetuação de todo o foi assim, mas não dela como um meio de se alavancar a promoção dos instintos afirmativos da vida. A instituição é fim em si mesma: aquela que experimenta erros e fracassos e continua insistindo nos mesmos. Portanto, ela é incapaz de se questionar sob qualquer ponto que seja de seu proceder; tudo o que ela faz torna-se inquestionável, portanto, sagrado, diante do qual resta nada mais senão uma adesão, a adesão pela fé. Uma instituição sociopata só pode sobreviver pela fé. E, através desta mesma fé, a instituição torna a ausência de descarga da força um fator de afirmação dos instintos degenerativos da vida.

A instituição se sustenta por sacralizar as noções de culpa e dever, de modo a entrelaçá-los às noções de má consciência e de Deus. Com isso, a instituição mantém o devedor refém de uma dívida impagável, por isso, eterna: eis a garantia de sua existência; tudo às custas da incapacidade da não afirmação, degenerescência e doença do devedor. A

instituição desenvolve de uma maneira tão forte e excessiva este sentimento reativo que o devedor não se é capacitado para realizar qualquer forma de superação, senão submeter-se a sua vontade autoritária e perversa. O autoritarismo que a instituição exerce sobre o homem é tão forte que este último se vê, inclusive, necessitado de se submeter a ela. Ou seja, ela não pode mais sequer viver sem os ditames dela. Portanto, a instituição cria uma dependência do homem para com a instituição. O poder que a instituição exerce sobre o homem é um poder de sedução, privando-o de sequer manifestar o seu querer. Diante da sombra institucional, o ser humano já não tem direito de querer mais nada, até esta faculdade lhe foi extorquida pelos mecanismos usurpadores institucionais. O mais preocupante em todo este procedimento institucional é que o homem se vê confortável nesta situação, ou seja, como ele se sabe incapaz de fazer qualquer coisa que seja, tudo espera da instituição, que tudo há de lhe prover. Ao ser humano cabe apenas se submeter, subserviente, num clima de paz. Com isso, ele está livre de todo e qualquer desafio, já que a sua única demanda é a submissão paciente a conformista. A instituição faz tudo, o ser humano apenas recebe, ele é receptáculo de tudo aquilo que já é de antemão pré-determinado. O centralismo institucional é um dos aspectos com seus mecanismos gregários, uma das razões pelas quais Nietzsche se posiciona contra todos aqueles modelos de Estados totalitários, o que viria a ser, inclusive, o nacional socialismo de Hitler. Tais modelos de governo fazem com que o ser humano venda o seu querer, a sua iniciativa, a sua ação, o seu protagonismo em troca de uma sociedade de paz.

A centralização, uma das marcas características da instituição, é vista pelo filósofo alemão como inspirada no Deus cristão, o Deus único da fé “(...) o Senhor, o ‘Pai’, progenitor e princípio do mundo” (GM II 22). É neste mesmo Deus que a instituição foi, no decorrer do tempo, ganhando corpo às custas da doença e da fraqueza. Em que medida a grande saúde seria um movimento de inversão deste quadro?

3. A superação institucional pela vontade de saúde e de força

Entre as diversas manifestações em que a instituição vai tomando corpo está a religião, através de sua mais predileta corporificação institucional: a Igreja. À sua frente se apresenta o seu guardião, reconhecido por Nietzsche através da pessoa do sacerdote ascético. É ele quem mantém a religião presa aos ditames institucionais, não permitindo com que a mesma dela se solte, descarregando todo o seu peso sufocante que degenera e torna doente: “O sacerdote ascético corrompeu a saúde da alma em toda parte onde alcançou o poder, e em consequência também corrompeu o gosto *in artibus et litteris* [nas artes e letras]” (GM III 22).

O sacerdote ascético, aquele que, em nome de toda a articulação institucional, atua como agente promotor da corrupção de todos os instintos vitais. Pois como muito bem recorda Robert Pippin, “(...) o sacerdote ascético, em todas as suas manifestações, nos encoraja a ‘nos voltarmos contra a vida’. (PIPPIN, 2017, p. 317). O que se manifesta na perversão do gosto e na inclinação para a arte e para o conhecimento. Tudo o que este sacerdote consegue enxergar são os ditames institucionais, seu esforço, portanto vai, única e exclusivamente, na direção da manutenção do aparato institucional, e, por consequência, vai minando desde a base, todas as manifestações de impulsos e inclinações, ensinando a não amar e sim suportar, como Antonio Edmilson Paschoal chama a atenção, dentro da concepção de Nietzsche, sobre “(...) a prevalência do amar sobre o suportar, acentuando-se a ideia de que o sofrimento não se opõe à vida nem a torna necessariamente mais pesada” (PASCHOAL, 2014, p. 199). Portanto, tudo o que diz respeito a sentimentos, inclinações e afetos são considerados pelo sacerdote ascético como ameaça àquele mesmo aparato institucional. É o que de maneira especial ocorre com relação ao tipo Jesus e o Cristianismo; se, por um lado, Nietzsche alimenta uma certa simpatia por Jesus como tipo psicológico, por outro, apresenta aversão a maneira institucionalizada de compreendê-lo: o Cristianismo. Oswaldo Giacóia Jr a esse respeito se pronuncia: “Nietzsche se pretende definir menos como inimigo do Cristo do que inimigo do cristianismo dogmático, tomado instituição e secularizado como doutrina filosófica, moral e política” (GIACÓIA, 2000, p. 63). Walter Kaufmann, a este respeito, inclusive, diz que Nietzsche: “(...) de muitas maneiras foi mais cristão que pagão apesar de seu ataque tão amargo ao Cristianismo” (KAUFMANN, 2013, p. 14). É tão marcante a disposição ativa de Jesus, fazendo de toda a sua vida uma prática afirmativa, que a sua figura “(...) corresponde a um tipo ao qual é estranha a ideia de ressentimento” (PASCHOAL, 2014, p. 202). Mais uma vez, constatamos o problema que para Nietzsche se depreende daquilo que é considerado cristão: o seu peso institucional, cuja expressão se dá pela moral. A moral institucional possui na pessoa do sacerdote ascético sua grande representação, nele são inoculados os valores que fundam, mantêm e perpetuam a sua dimensão institucional.

O sacerdote, o articulador institucional, mata o indivíduo para preservar a instituição, e, com isso, também mata toda a chance de regeneração e de saúde, que está na mudança de direção da força. Ao invés de direcioná-la para fora, em um arejamento renovador, o lado transparente da força, a direciona para dentro, em seu encimesmamento letárgico, o lado obscuro da força. Aquele primeiro direcionamento da força é o movimento propulsor da criação, de onde se pode constituir uma grande saúde. Na medida em que o sacerdote ascético tem como foco de suas preocupações assegurar o movimento ascético de negação

institucional, nada se cria, apenas se conserva, se mantém a duras penas e com desperdício de forças para algo de per si fracassado, por que não ousa mudar a direção da mesma. Contudo, mesmo neste contexto institucional, Nietzsche vê uma classe de homens do futuro, aqueles que ousaram redirecionar as suas forças

(...) ele se refere a *Schopenhauer como educador*, que vise a maximização da distribuição de qualquer coisa que pertença à grande cultura na atual forma institucionalizada. Ele entende a cultura como já sendo distribuída universalmente. (...) Em *Schopenhauer como educador*, Nietzsche faz uma dura crítica às instituições de ensino da Alemanha, defendendo que no futuro seja realizada uma reforma nessas organizações para que elas possam servir para o incentivo dos indivíduos de exceção (KAMRADT, 2017, p. 214).

O investimento das forças que se dá é algo que desde o princípio se anuncia como desprovido de condições de prosperar, pois não se investe na exceção e sim no rebanho. E, o que é pior: o movimento do sacerdote ascético é o de fazer com que se acredite ser este o rumo ideal, com isso, prende seus discípulos num mundo fantasioso que promete tudo e não dá nada. O equívoco da instituição troca as possibilidades de uma grande saúde por um abismo de degenerescência. Neste sintoma não se ousa mais o diferente, apenas se repete os velhos ditames institucionais refugiando-se no rebanho, tal como Nietzsche se expressa em seus escritos *Schopenhauer como Educador*:

Eles se escondem atrás de costumes e opiniões. No fundo, cada ser humano sabe, por certo, que está no mundo como algo único somente uma vez e que mais nenhum acaso tão singular agitará pela segunda vez uma pluralidade tão estranhamente variada até a uniformidade que ele é: ele sabe, mas oculta isso como uma má consciência — por quê? Por temor ao vizinho, o qual reivindica a convenção e se encoberta por meio dela. Porém, o que é isso que obriga o indivíduo a temer ao vizinho, a pensar e agir conforme o rebanho e não estar contente consigo mesmo? Para alguns poucos e raros, talvez vergonha. No caso da grande maioria, é comodismo, inércia, em suma, aquela inclinação à preguiça (CE III 1).

A convenção institucional conduz o indivíduo a se refugiar no âmbito do rebanho não apenas por se sentir obrigado a ela, mas, o que é pior, por comodismo. É neste âmbito que temos a grande causa da degenerescência, que aqui é vista não sob o aspecto da decadência. Nietzsche considera que “A decadência mesma não é alguma coisa que se poderia combater: ela é absolutamente necessária, e própria a todos os povos e épocas. Aquilo que se deve combater com toda força é a introdução do contágio nas partes sãs do organismo” (FP 1888 15[3]). Ou seja, a decadência é um fenômeno que, em suma, consiste em alavancar um quantum de força, como algo que se deve necessariamente enfrentar, e, nessa dinâmica do enfrentamento, novos pontos culminantes de potência se alcançam no instante mesmo em que se vive e, de maneira mais plena. No entanto, para que esse enfrentamento seja sucedido é

preciso que o organismo esteja fisiologicamente sadio, não degenerado pelo cansaço, pelo desânimo, o que equivale a uma perda de forças. É preciso que se ultrapasse o ressentimento:

O homem ressentido não amaria a vida, teria medo, ficaria assustado com os caprichos, os intangíveis da vontade de poder (Nietzsche, 1937). É por isso que esse homem que escolhe inércia e expectativa, ascetismo religioso e restrição vital, se opõe ao super-homem dionisíaco (Nietzsche, 1883) que ama a vida, a existência, assume riscos e carrega a ambição de sua transcendência. (CASCALES, 2013, p. 109).

Por essa razão, enfrentar desafios advindos de oposições é a coisa mais natural. O que consiste em um fator preocupante, diz respeito ao contágio da saúde fisiológica que impede a atuação das forças em prol da vontade de potência. A essa respeito Nietzsche escreve: “Não mais o prazer da certeza, mas da incerteza; não mais ‘causa e efeito’ mas a criação permanente; não mais vontade de conservação, mas de potência; não mais a fórmula ‘tudo é apenas subjetivo’ mas é também nossa obra – orgulhemo-nos disso” (FP 1884 26[284]). Ora, se a instituição vem para trazer uma certeza em tudo, que mergulhemos no mar de toda incerteza, se ela propõe uma relação de causalidade, pela constituição de um sistema de previsibilidade perfeita, nos lancemos ao ineditismo do criar, se ela obriga a entregar-se passivamente a conservação em torno de costumes, dogmas e regramentos, que lancemos mão de uma vontade que, pela sua potência, rompe todo o modelo, valor e padrão instituído, se ela nos obriga a dizer sim de maneira conformista, digamos sim, mas de maneira afirmativa.

O sim afirmativo rompe a monotonia de uma vontade degenerada pelo contágio da doença e da fraqueza para alavancar a vontade de transvalorar os valores instituídos para promover o ‘fenômeno vida’. Este fenômeno aponta para uma filosofia experimental, razão pela qual o projeto de transvaloração de todos os valores é condição fundamental, de modo que todo o instituído dê lugar ao fluxo permanente do vir-a-ser; se a eternidade era uma qualidade da instituição, através de seus valores, agora passa a ser do movimento, através da mudança contínua de paradigmas. Em uma carta de 20 de novembro de 1881 a Georg Brandes, Nietzsche atesta que “O todo é o prelúdio da transvaloração de todos os valores, o trabalho, que se encontra pronto diante de mim: eu juro a vocês, que nós em dois anos teremos toda a terra em convulsões. Eu sou um destino”. Ora, o transvalorar valores atua sobre a base sob a qual uma determinada instituição se funda, por essa razão, o resultado de todo esse trabalho não é outro senão o de promover uma verdadeira convulsão sobre todos os produtos dos valores: a instituição. O projeto de transvaloração age como dinamite sobre a instituição. Eis seu destino, que Nietzsche atribui a si mesmo nesta carta, ao referir-se ao *Ecce Homo*, que é a sua tentativa de auto-crítica. Por isso, a transvaloração de todos os valores não

é apenas algo necessário para dismantelar todo o instituído sobre bases dos valores morais, mas ainda é algo inexorável, um destino, frente a qual se o experimenta. Tal foi o destino de convulsão vivido por inúmeras instituições, representados por reinos e impérios.

A derrocada de inúmeras instituições, pelo convulsionamento experimentado em toda a terra, ou seja, pela impossibilidade de se respirar se torna impossível; apostar naqueles valores que outrora comandaram a existência é um projeto irrealizável. É tão necessária a transvaloração de todos os valores que Nietzsche já desde 1884, em uma carta dirigida a Overbeck a respeito do Zaratustra assim ele expressa “Se ele for verdadeiro, ou melhor, se for considerado como verdadeiro – então todas as coisas vão se modificar, vão virar do avesso, e todos os valores que prevaleceram até então serão desvalorizados” (BVN 1884 494; carta a Overbeck, Nice, 8 de março). É curioso o tom condicional em que Nietzsche se expressa – se for necessário, ou seja, se a intenção, o projeto e a sua respectiva realização forem verdadeiras, forem efetivamente correspondentes àquilo que se tem como meta a ser alcançado, e Zaratustra for realmente existente, para além de um mito ou lenda, então todos os valores que até então fundaram a cultura serão dismantelados, mediante golpes impiedosos e implacáveis do martelo redentor. Desse modo, tudo o que até agora teve valor será desvalorizado, todo o instituído será destituído, todo o organizado será desorganizado, toda a ordem será submetida a desordem. Nietzsche assume, com estas imprecações, mais uma vez, uma postura profética, tal como o tipo Jesus ao profetizar quanto ao coração, a unidade mais sagrada da instituição de sua época: o templo de Jerusalém: “Admirais estas coisas? Dias virão em que não ficará pedra sobre pedra. Tudo será destruído” (Lucas 21,5).

Se o templo, a instituição máxima que tem consagrado a verdade já não existe mais, onde pode habitar a verdade? Em uma carta a Carl von Gesdorff, Nietzsche diz que: “A verdade raramente habita lá onde alguém construiu templos e ordenou sacerdotes” (BVN 1867 540; carta a Carl von Gesdorff de 6 de abril). A destruição deste templo da verdade, tal como ocorreu conforme profetizado por Jesus, também a transvaloração de todos os valores institucionais Nietzsche concebe como um projeto já em curso.

Considerações finais

Ao percorrermos este itinerário fomos levados a considerar o papel da instituição no que concerne à má consciência e a degenerescência tomando como referência a teoria nietzschiana das forças. Ora, se a força consiste no movimento de afirmação da vida, pela orientação de sua direção de exteriorização, a direção que permite abertura, criação e renovação. Então, o movimento inverso é o que conduz a força para dentro, interiorizando-a e

impedindo com que a mesma seja uma fonte de criação e renovação. E é justamente sob esta segunda direção da força que a instituição tem se estabelecido. E, com isso, ela tem provocado um excesso de autoconfiança, o que não permitiu com que pudesse avaliar seu proceder. A proposta de Nietzsche, tal como avaliamos no decorrer destas páginas, é a de lançar um olhar de suspeita sobre o proceder institucional. Uma suspeita que seja capaz de romper o engessamento da autoconfiança que impossibilita reverter a direção da força.

Para que a força mude a sua direção é preciso antes atuar sobre os fatores que a mobilizam. Ora, o fator preponderante a atuar sobre a força não é outro senão a vontade. Por essa razão, é fundamental redimensionar a vontade, de modo que ao invés de desejar eternizar e petrificar todas imagens que constituem a memória, torne a vontade um agente combativo, que ousa romper a memória e ultrapassar seus pressupostos. Com isso, aquela benfeitoria institucional promovida pela vontade já não pode mais ser gozada. A vontade já não quer mais eternizar, mas sim ultrapassar, romper, transvalorar. E é justamente uma força instalada ao interior da vontade, uma força que se direciona para além do âmbito interno, de seus estatutos institucionais que é a garantia da renovação e dismantelamento de todo o foi assim, para o porvir.

As forças enfim libertadas de seu agulhão que as mantém incapazes de se voltar para fora, agora, uma vez redirecionando-se, serão capazes de submeter os seus pressupostos à crítica, o que as permitirá ser fonte de criação. Assim, todo o instituído passa a dar espaço ao novo, toda a autoconfiança à suspeita e toda a verdade a perspectivas. A inversão deste quadro degenerativo só é possível, em última análise, pelo movimento de reavaliar valores, portanto, pela transvaloração.

Com a degeneração das forças, contribuindo para o seu enfraquecimento internalizador, a necessidade de uma grande saúde exteriorizadora se tornou emergencial. Todo o sintoma de saúde promove abertura, cria, se renova. Portanto, consiste em um sintoma que transvalora todos aqueles velhos valores que até então estiveram na base da instituição, garantindo a sua manutenção, como sanguessuga da vida. A instituição, dentro da perspectiva de uma grande saúde e da transvaloração de todos os valores para a afirmação da vida é dismantelada a partir de sua base, não restando pedra sobre pedra. Logo, com base na perspectiva nietzschiana das forças, todo o projeto institucional é reduzido ao fracasso, pois a instituição, ao invés de promover aumento de potência, o que seria a condição para o aumento de vida, promove a sua conservação, com consequências letais para a vida, conduzindo-a até a sua degenerescência.

Referências bibliográficas

CASCALES, Thomas; CHATAGNER, Aurélien. Question d'éthique, Nietzsche at Dardenne ou la morale du 'faible'. *Empan*, 2013/1(n. 89), pp. 103-110. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-empan-2013-1-page-103.htm>

GIACÓIA, Oswaldo Jr. *Nietzsche*. Publifolha: São Paulo, 2000.

KAMRADT, João. Nietzsche, o perfeccionismo e a democracia: tensões entre Rawls, Cavell e os agonistas. *Cadernos Nietzsche*, Guarulhos/Porto Seguro, v.38, n.3, p. 207-235, setembro/dezembro, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cniet/v38n3/2316-8242-cniet-38-03-207.pdf>

KAUFMANN, Walter. *Nietzsche: Philosopher, psychologist, antichrist*. Princeton University Press: New Jersey, 2013.

LEITER, Brian. Nietzsche and the Morality Critics. *Chicago Journals Ethics*, V. 107, N. 2, Jan., 1997, p. 250-285. Disponível em https://research.utexas.edu/wpcontent/uploads/2015/10/Leiter_Paper.pdf

MAGNUS, Bernd & KATHLEEN M. Higgins. As obras de Nietzsche e seus temas. In: *Nietzsche*. Editora Ideias e Letras: São Paulo, 2017, pp. 35-89.

NIETZSCHE, F. W. *Kritische Studienausgabe*. Herausgegeben von Giorgio Colli undazzino Montinari. Verlag de Gruyter: Berlin, 1999. 15 Bd.

_____. *Nachgelassene fragmente*. Herausgegeben von Giorgio Colli undazzino Montinari. Walter de Gruyter: Berlin, 1999. 15 Bd.

_____. *Briefwechsel: Kritische Gesamtausgabe Briefwechsel KGB*. Herausgegeben von Giorgio Colli undazzino Montinari. Walter de Gruyter: Berlin, 1981. Bd III1 und 1975. Bd I2.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. *Nietzsche e o ressentimento*. Humanitas: São Paulo: 2014.

PIPPIN, Robert B. O suposto adeus de Nietzsche. In: *Nietzsche*. Editora Ideias e Letras: São Paulo, 2017, pp. 301-332.

SOLOMON, C. R. O argumento as hominem de Nietzsche. In: *Nietzsche*. Editora Ideias e Letras: São Paulo, 2017, pp. 217-266.

WOODWARD, Ashley. *Nietzschianismo*. Vozes: Petrópolis, 2016.